

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA-FACER
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA



HUDNEY RENAN ARAÚJO DA SILVA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA COOPER-AGRO.

RUBIATABA/GOIÁS
2013

HUDNEY RENAN ARAÚJO DA SILVA



Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA COOPER-AGRO.

Trabalho de Curso submetido à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração. Orientado pelo Professor Me. Francinaldo Soares de Paula.

S_42020

Tombo n°:	19632
Classif:	
Ex:	1
Origem:	d
Data:	24-02-14

RUBIATABA/GOIÁS
2013

HUDNEY RENAN ARAÚJO DA SILVA

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA COOPER-AGRO.

Trabalho de Curso submetido à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em 08 de 01 de 2014.



Orientador Prof. Francinaldo Soares de Paula
Mestre em Administração de Empresa



Prof. Enoch Barros da Silva
Especialista em Administração de Empresa



Prof. Maura Sousa da Silva de Paula
Especialista em Administração de Empresa

Rubiataba, ____ de _____ de _____

Dedico primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Também aos meus pais pelo apoio na minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela oportunidade deste aprendizado.

Aos meus pais, sobretudo a minha mãe, que sempre me apoiou nos estudos e nas horas difíceis.

Ao meu orientador professor Francinaldo de Paula pela paciência na orientação e construção deste trabalho monográfico.

RESUMO

A responsabilidade social das empresas é um tema atual e nos últimos anos vem sendo consolidada a crença que as empresas devem assumir um papel mais amplo perante a sociedade, não somente o de maximização de lucro e criação de riqueza. Este trabalho teve como problemática: A Cooper-Agro está realmente sendo responsável com a sociedade? como está sendo esse trabalho? E como objetivo geral objetiva identificar quais ações estão sendo realizadas no desenvolvimento e condução da responsabilidade social corporativa da Cooper-Agro. A responsabilidade social não é somente uma obrigação moral e voluntária de assumir compromissos que vão além de nossas próprias obrigações legais no que diz respeito ao âmbito social, econômico e ambiental. Responsabilidade social também é compartilhar a própria missão e objetivos da política de responsabilidade social entendida como a gestão do impacto econômico, social e ambiental de nossas atividades. Observa-se que a empresa Cooper-Agro tem preocupação e participação responsável na comunidade local com assistência às seguintes entidades privadas sem fins lucrativos, são elas: Sociedade São Vicente de Paulo; Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos – Vida Nova e doação para a escola municipal Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Cooperativismo; Entidade.

ABSTRACT

The Corporate Social Responsibility is a current topic, and in recent years has been consolidated to the belief that companies should assume a greater role in society that not only the maximization of profit and wealth creation. This work was problematic: The Cooper-Agro is actually being responsible to society as being this work? And as a general aim was to identify actions that are being developed in the development and conduct of corporate social responsibility Cooper-Agro. Can that social responsibility is not only a moral obligation and voluntary commitments that go over our own legal rights with regard to social, economic and environmental framework obligations. Social responsibility is also to share the own mission and goals of politic of social responsibility, understood as the management of economic, social and environmental impact of our activities. It is observed that the company Cooper-Agro has concern and responsible participation in local community with assistance to the following private nonprofits, they are: Sociedade São Vicente de Paulo; Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos – Vida Nova and donation for the municipal school Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa.

Keywords: Social Responsibility; Cooperatives; Entity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fachada da Entidade Sociedade São Vicente de Paulo.....	46
Figura 02: Entrevistador e Responsável Joaquim Antônio da Silva Neto Sociedade São Vicente de Paula – Rubiataba – Goiás.....	48
Figura 03: Entrevistador Membros da Diretoria da Casa de Recuperação de Dependentes Químicos, Rubiataba – Goiás.....	49
Figura 04: Fachada do Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa.....	50
Figura 05: Entrevistador e a Diretora: Gracielle Loiola Sousa A. Ribeiro - Núcleo Municipal Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa, Rubiataba – Goiás.....	50
Figura 06: Fachada da Cooper-Agro.....	58
Figura 07: Organograma da Cooper-Agro.....	61
Figura 08: Layout da Cooper-Agro.....	62
Figura 09: Presidentes da Cooper-Agro.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - COOPERATIVISMO.....	14
1.1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	16
1.1.1. Como surgiu o cooperativismo	16
1.2. O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	19
1.3. COOPERATIVISMO EM GOIÁS.....	22
1.4. COOPERATIVAS.....	24
1.5. COOPERANTES	25
1.5.1. Os direitos e deveres do cooperante	26
1.5.2 Os deveres do cooperante.....	26
1.6. O COOPERATIVISMO EM RUBIATABA.....	27
1.6.1. Cooperativas existentes em Rubiataba	28
1.6.1.1. Cooper-Agro.....	29
1.6.1.2. Cooper-Rubi.....	29
1.6.1.3. Cooper-Carne	30
1.6.1.4. FACER	30
1.6.1.5. Sicoob do Vale.....	30
1.6.1.6. Central das Associações dos Produtores Rurais de Rubiataba.....	31
CAPÍTULO II	
OS INDICADORES SOCIAIS DA COOPER-AGRO JUNTO À SOCIEDADE.....	33
2.1. HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	33
2.1.1. Conceito de Responsabilidade Social	33
2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	36
2.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL/ VOLUNTARIADO.....	39
CAPÍTULO III	
A RESPONSABILIDADE SOCIAL JUNTO ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	

QUE SÃO ASSISTIDAS PELA COOPER-AGRO.....	41
3.1. ENTIDADES FILANTRÓPICAS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	41
3.2. ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE RUBIATABA.....	43
3.3. HISTÓRICO DAS ENTIDADES E ESCOLA ASSISTIDAS PELA COOPER-AGRO.....	46
3.3.1. Sociedade São Vicente de Paula – SSV P.....	46
3.3.2. Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos - Vida Nova.....	46
3.3.4 Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa.....	50
II. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

APÊNDICE A: Questionário aplicado com os colaboradores/funcionários

APÊNDICE B: Questionário aplicado com representantes das entidades e diretora da escola.

APÊNDICE C: Histórico da Cooper-Agro.

APÊNDICE D: Dados do aluno.

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a responsabilidade social não é somente uma obrigação moral e voluntária de assumir compromissos que vão mais além de nossas próprias obrigações legais no que chamamos âmbito social, econômico e ambiental. Responsabilidade social também é compartilhar a própria missão, os objetivos próprios da política de responsabilidade social, entendida como a gestão do impacto econômico, social e ambiental de nossas atividades.

Fica claro que, uma empresa ao fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, que promova a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos consumidores ou clientes, esta sim estará praticando a responsabilidade social.

Para Noriler e Machado (2008), o estudo do tema “responsabilidade social” tem sido cada vez mais frequente nos dias atuais. Isto vem acontecendo pela necessidade de encontrarmos um caminho sustentável para o crescimento econômico e social do nosso planeta, que sem dúvida, já nos faz vários pedidos de ajuda pelo tratamento que vem sendo empregado para com ele. A responsabilidade social corporativa está na forma como uma instituição conduz suas atividades de maneira que se torne efetivamente participativa e responsável pelo desenvolvimento da sociedade e na defesa do meio ambiente.

As cooperativas por sua base atuam em favor do desenvolvimento baseado na desconcentração da renda. Todavia, é importante que seja mensurada a eficácia da atuação da responsabilidade social corporativa neste tipo de organização.

A pesquisa para realização desta monografia foi realizada na Cooperativa Regional Agropecuária de Rubiataba – Cooper-Agro, com CNPJ: 01.305.333/0001-91 e INSC: 10.018.577-0 fone (62)3325-1440, localizada na Av. Pau-Brasil esquina com Av. Palmares, Setor Aeroporto, CEP: 76350-000 Rubiataba - Goiás, o atual Diretor Presidente é o senhor Pedro Barbosa de Oliveira, atualmente conta 506 cooperados.

Este projeto analisou a existência de indicadores da responsabilidades social e ambiental corporativo existente na Cooper-Agro. Vimos que os problemas sociais, econômicos, culturais, ambientais, entre outros problemas do mundo em que se vive são pontos essenciais para uma atuação eficaz na sociedade atual. Pretende-se observar que a empresa Cooper-Agro tem preocupação e participação responsável na comunidade local, com

assistência às seguintes entidades privadas sem fins lucrativos: Sociedade São Vicente de Paulo; Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos – Vida Nova e doações para as escolas do município de Rubiataba. Sendo assim, diante do exposto surgiu a problemática: A Cooper-Agro está realmente sendo responsável com a sociedade? Como está sendo este trabalho?

A proposta deste estudo foi apresentar a organização cooperativa e suas possíveis contribuições. Este desafio leva a considerar o cooperativismo em um movimento mais amplo, que implicará na compreensão de um sistema, um modelo de organização alternativo entre o público e o privado, aplicável em vários ramos de atividades e, ainda, à compreensão de um modelo de organização alternativo entre o socialismo e o capitalismo. Teve como objetivo geral identificar quais ações estão sendo desenvolvidas na condução da responsabilidade social corporativa da Cooper-Agro com os objetivos específicos de revisar o referencial teórico do cooperativismo; analisar as ações sociais relacionados ao desenvolvimento da responsabilidade social da Cooper-Agro, junto a sociedade; Conhecer a responsabilidade social junto as entidades filantrópicas que são assistidas pela Cooper-Agro e por último as considerações finais da pesquisa.

Para a realização deste trabalho monográfico na Cooper-Agro foi utilizado pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183)

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 186):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Como fonte de coleta de dados foram aplicados dois tipos de questionários sendo um com os funcionários da empresa pesquisada a Cooper-Agro e um com os responsáveis diretos das entidades e a diretora da escola, além de observação do pesquisador.

O estudo se completa com a pesquisa qualitativa com observação participante onde o pesquisador teve contato direto com presidente da Cooper-Agro.

Considerando a natureza do estudo, as estratégias de investigação e características dos informantes, o método qualitativo responde prontamente ao que se propõe, conforme nos esclarece Richardson (1999, p. 90).

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

A coleta de dados foi realizada por meio da observação do pesquisador. Considerando todas as necessidades de informações que possam dar respostas aos objetivos propostos, se faz adequado o uso do estudo de caso segundo Gil (1994, p. 78), “É caracterizado por um estudo profundo de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados”. Para tanto, algumas estratégias de pesquisa são importantes, particularmente na coleta e análise dos dados.

A coleta de dados é um elemento fundamental para a pesquisa desde a sua formulação do problema até a coleta de dados propriamente dita que seu papel se torna mais evidente, por ser utilizada, exclusivamente para a obtenção de dados em muitas pesquisas a ser considerada como método de investigação. (GIL,1991, p. 104)

Para Samara e Barros (2002, p. 103), na coleta de dados a tabulação é a padronização e codificação das respostas de uma pesquisa.

Os dados coletados na Cooper-Agro, junto aos funcionários e os responsáveis diretos das entidades e escola assistidas serviram para a tabulação final e realização das considerações finais.

Este trabalho está dividido em três capítulos: Capítulo I O Cooperativismo, Capítulo II Os Indicadores Sociais da Cooper-Agro junto à Sociedade, Capítulo III A Responsabilidade Social junto às Entidades Filantrópicas que são assistidas pela Cooper-Agro.

1. CAPÍTULO I - O COOPERATIVISMO

O espírito da cooperação e da solidariedade são profundamente humanos. Tão antigos como a luta pela vida, pode ser encontrado nas sociedades mais primitivas. A origem da cooperação está na própria origem da humanidade, no seu modo de ser, de viver e de agir diante das necessidades vitais.

Doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas.

Para Santos (2002, p. 14), o Cooperativismo está presente em toda à parte. Ele integra os regimes de economia planejada e os de livre mercado. Pode ser encontrado no meio urbano e no meio rural. O número de cooperados em todo o mundo ultrapassa 900 milhões de pessoas, algo como seis vezes toda a população brasileira. Isso torna o movimento cooperativista a maior doutrina não religiosa do planeta.

Os valores que a sociedade cooperativista se baseia são a identidade de propósitos e interesses das pessoas que a compõem, ajuda mútua, ação em conjunto, busca de um resultado útil e comum a todos, responsabilidade, igualdade, solidariedade, democracia e participação. Daí se dizer que o cooperativismo surgiu para promover uma reforma social dentro do capitalismo.

O movimento cooperativista teve início no século XIX, consolidando-se durante o século XX como uma organização econômico-social democrática, trazido de modelos ingleses, alemães, espanhóis, etc., motivados pelo fato de serem os sócios da organização, ao mesmo tempo, seus beneficiários, reduzindo um pouco a grande desigualdade entre os muitos ricos e os muitos pobres.

Santos (2002, p. 15), afirma o seguinte:

O cooperativismo procura encontrar alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto ao capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como a reação a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses, pequenos produtores e trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial, foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, cujo objetivo inicial foi a oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores.

Sendo assim, significa que o cooperativismo consiste numa alternativa criada para o enfrentamento dos momentos de dificuldades econômicas a fim de se superar as crises.

Nascimento (2000, p. 10), apontando a cooperação como instrumento eficaz para a busca do equilíbrio desejado, afirma:

A humanidade tem vivido momento em que tenta coexistir com todas as formas de exploração econômica e tem buscado a sobrevivência, utilizando ora o autoritarismo, ora a liberdade, ora o utilitarismo, mas sempre se defrontando com dificuldades como a fome, a miséria. Assim foi na sociedade primitiva e é na sociedade moderna, a diferença é apenas de magnitude, e a cooperação tem sido sempre a forma de reduzir os desequilíbrios. (NASCIMENTO, 2000, p. 10)

A realidade do trabalho e seus vínculos com os aspectos sociais, políticos, econômicos e educativos apresentam incertezas e desafios, que só podem ser superados mediante a participação efetiva das pessoas na busca de alternativas economicamente viáveis. Tecnicamente exequíveis e socialmente desejáveis. A cooperativa é uma das alternativas e formas mais avançadas de organização da sociedade. Decorridos 160 anos desde a criação da primeira cooperativa, já existem mais de 700 mil em todo o mundo e representam a possibilidade de superar dificuldades em torno de necessidades e objetivos comuns à classe trabalhadora, de diferentes categorias profissionais.

Segundo Irion (1997), recomenda-se que as cooperativas sejam criadas por pessoas interessadas em utilizá-las para fins de promoção econômica e social dos seus cooperados.

De acordo com os princípios do cooperativismo as cooperativas são como organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, racial, política e religiosa e como organizações democráticas,

controladas pelos seus membros que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. (KREUTZ, 2004, p. 17)

Assim pode-se observar que de acordo com (1997), que avalia o trabalho das cooperativas.

O trabalho das cooperativas pelo desenvolvimento sustentado de suas comunidades é comprovado pelas repercussões econômicas que produzem e se constatava como regra que em todos os países, inclusive o Brasil, onde existe maior concentração de cooperativas em relação à densidade da população, está a melhor distribuição da renda. (IRION, 1997, p. 49)

Nas organizações cooperativas, quaisquer que sejam seus segmentos e objetivos sociais, elas existem em função das pessoas. Toda e qualquer cooperativa é uma organização com fins sociais e econômicos. Através de uma cooperativa são implementados, de forma coletiva, produtos e serviços para satisfazer determinadas necessidades de seu quadro social (cooperantes), com objetivo de viabilizar a sua atividade. (MACEDO; XIMENES, 2001, p. 185)

1.1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1.1.1. Como surgiu o cooperativismo

Em 1884 de acordo com a CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo, (KREUTZ, 2004, p. 14) um grupo de 28 tecelões de uma fábrica da cidade de Rochdale, localizada no norte da Inglaterra, se reuniu para combater o avanço do capitalismo e os intermediários que não obedeciam ao princípio da justiça do trabalho. A ideia era criar um sistema econômico que tivesse como base a ajuda mútua, a solidariedade humana, a cooperação, a honestidade e o esforço coletivo. Surgiu, então, o cooperativismo e estava formada a primeira cooperativa do mundo. Os princípios que direcionaram a organização dos tecelões, aos poucos, foram disseminados pelo planeta. Desta forma, pode-se dizer que:

O cooperativismo é um movimento internacional, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperantes, e remunerem adequadamente a cada um deles. (KREUTZ, 2004, p. 14)

Na época, a Revolução Industrial estava em processo na Europa desde o século XVIII. O Estado passou a controlar o avanço do capitalismo moderno e ocorreu um crescimento acirrado da classe proletária, que estava sujeita ao controle dos capitalistas e a condições de trabalhos a ela impostas. A ideia da cooperativa era promover uma ampla mudança estrutural, que pudesse resultar em melhores condições de trabalho para os proletários.

O Cooperativismo, enquanto organização sócio-econômica, não se sustenta sobre uma noção ou teoria social específica, mas sobre um conjunto de idéias e noções tais como: mutualidade, união de esforços, solidariedade, associação entre pessoas em função de objetivos comuns, a não exploração do homem pelo homem, justiça social, democracia e autogestão. (KREUTZ, 2004, p. 14)

A ideia central da organização cooperativa baseia-se, antes de qualquer coisa, nas ideias e convicções de seus próprios membros, empenhados numa ação comum, a fim de se dedicarem à atividade produtiva, econômica e social, ou a serviços úteis e benéficos a todos os que fazem parte da associação.

Pode-se dizer que Cooperação é o método de ação pelo qual os indivíduos, famílias ou comunidades, com interesses comuns, constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre seus integrantes, na proporção de sua participação nas atividades da organização. (KREUTZ, 2004, p. 14)

A natureza da cooperação e do cooperativismo já foi objeto de inúmeras descrições e definições. É preciso, portanto, que estejam bem claras as noções fundamentais que sustentam o cooperativismo, pois será em função delas que se orientará qualquer atividade. Desta forma, pode-se dizer que:

Durante o Congresso do Centenário da ACI - Aliança Cooperativa Internacional, realizado em 1995 na cidade de Manchester - Inglaterra, a definição de cooperativa ficou assim estabelecida: "Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida". Conforme orientação para constituição de cooperativas da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, cooperativa é "uma sociedade de, no mínimo vinte (20) pessoas físicas, com um interesse em comum,

economicamente organizada de forma democrática, isto é, com a participação livre e igualitária dos cooperantes, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. (KREUTZ, 2004, p. 14-5)

Os princípios que devem nortear qualquer cooperativa no mundo de acordo com A CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo (KREUTZ, 2004, p. 14-5) são:

- 1) Adesão voluntária e livre, as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a qualquer pessoa apta a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, classe, política e religião;
- 2) Gestão democrática pelos membros, uma cooperativa é necessariamente uma organização democrática. Os membros controlam a cooperativa e participam ativamente da formulação das políticas e na tomada de decisões. Os eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática;
- 3) Participação econômica dos membros, os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas. O controle do capital é feito democraticamente. Parte desse capital é normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Sempre com base na decisão democrática, os excedentes destinam-se a um ou mais dos seguintes objetivos: a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; b) benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;
- 4) Autonomia e independência, controladas por seus membros, as cooperativas são organizações autônomas, caracterizadas pela ajuda mútua. Se estas firmam acordo com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrem o capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas;
- 5) Educação, formação e informação, as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação;

- 6) Interooperação é lema das cooperativas atuarem em conjunto, através de suas representações locais, regionais, nacionais e internacionais. Tudo isso para dar força ao movimento cooperativista;
- 7) Interesse pela comunidade, as cooperativas também devem trabalhar para o desenvolvimento das suas comunidades. Para tanto, devem aprovar políticas sociais junto aos seus membros.

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. O termo princípio quer dizer "o momento em que alguma coisa tem origem". Os princípios básicos do cooperativismo, aprovados em 1844 sofreram reformulações ocorridas em 1845 e 1854. Diante das transformações sociais e tecnológicas do mundo do trabalho, os princípios que norteiam a constituição de cooperativas foram revistos e atualizados às exigências da sociedade moderna. Estes princípios da cooperativa consistem em basear-se em ajuda mútua, democracia e participação.

De acordo com A CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo (KREUTZ, 2004, p. 16), os sócios contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: a) Desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de fundos de reserva, parte dos quais, pelo menos, será indivisível; b) benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa; c) Apoio a outras atividades aprovadas em assembleia. Desta forma, pode-se dizer que:

O desenvolvimento de uma estratégia deve remontar o processo de uma análise do objetivo e incorporar ao processo a máxima aplicação de imaginação e criatividade. Grande atenção deve ser dada ao problema para o qual se formulou estratégia, porque nenhuma estratégia tem valor se referir ao problema errado. Grande atenção deve ser devotada à criação e exploração das alternativas. O desenvolvimento de alternativas de imaginação, que tenham o máximo valor, é uma tarefa muito criativa. Deve-se compreender que é necessário usar a intuição do executivo na formulação de estratégias de decisão. (OLIVEIRA, 1999, p. 203-4)

1.2. O COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil de acordo com A CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo (KREUTZ, 2004, p. 18) a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro, surgido no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades.

Ao contextualizar a evolução histórica do cooperativismo no Brasil, segundo Pinho (2004), vamos encontrar em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade.

O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais.

Porém, é em 1847 de acordo com A CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo (KREUTZ, 2004, p. 19) que situa-se o início do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro.

A análise da evolução do Cooperativismo no Brasil, mostra desde os primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma cultura da cooperação. Embora incipiente e quase interrompida durante o escravismo, essa cultura emergia no século XX, facilitando a criação e a difusão de cooperativas dos mais variados ramos. (PINHO, 2004, p. 13)

Pinho (2004) afirma ainda que, a história do cooperativismo formal no Brasil começa com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa de que se tem notícia no Brasil. É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muito semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale quando fundaram a cooperativa de consumo, mas que nunca passou de um grande ideal. Desta forma, pode-se dizer que:

No começo do século XX começaram a aparecer algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas, ou por uns poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimento do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália. (PINHO, 2004, p. 13)

Pinho (2004) relata ainda que, foi no Rio Grande do Sul surgiu na dianteira, no ramo do crédito cooperativo, com duas vertentes de realizações – a primeira, entre colonos alemães, liderada pelo padre suíço Theodor Amstad, a partir de 1902, quando fundou a primeira cooperativa modelo Raiffeisen na localidade de Linha Imperial, hoje Nova Petrópolis e em Lageado (Rio Grande do Sul), quando fundou a primeira CREDI do modelo Luzatti, em 1906; e a segunda vertente teve a orientação do italiano De Stefano Paterno, no contexto de ampla campanha oficial realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação do Governo Federal, que difundia cooperativas de modelo misto com seção de crédito. Em seguida cooperativas de vários ramos foram se multiplicando por todo país. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos. “A representação de todo sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, constituída no dia 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo” (PINHO, 2004, p. 13).

Em 1902, surgiu às cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. A partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas

no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários. Muitos deles de origem alemã e italiana. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros e assim se livrarem da dependência dos especuladores.

Embora houvesse o movimento de difusão do cooperativismo, poucas eram as pessoas informadas sobre esse assunto, devido à falta de material didático apropriado, imensidão territorial e trabalho escravo, que foram entrave para um maior desenvolvimento do sistema cooperativo. Desta forma, pode-se dizer que:

Em 2 de dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Nascia formalmente aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. Sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa. (PINHO, 2004, p. 13)

Pinho (2004) afirma ainda que, a Lei 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo. Em 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou o reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu para a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI). Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. No ano de 1998 nascia o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A mais nova instituição do Sistema "S" veio somar à OCB com o viés da educação cooperativista. É responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras. O cooperativismo brasileiro entrou no século 21 enfrentando o desafio da comunicação. Atuante, estruturado e fundamental para a economia do País tem por objetivo ser cada vez mais conhecido e compreendido como um sistema integrado e forte.

1.3. COOPERATIVISMO EM GOIÁS

De acordo com A CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo (KREUTZ, 2004) com relação ao Cooperativismo Goiano, segundo Andrade (2005) ele tem suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 40. O seu nascimento tem forte dependência do Governo Federal e Estadual e no estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento que objetivavam ter nos Estados periféricos uma fonte de produtos primários que alimentassem a indústria no sul e sudeste do País.

A Constituição do Estado de Goiás, de 1946, em seu artigo 36, estabelecia imunidade tributária para todas as cooperativas. Havia nessa época, como integrante da Secretaria de Agricultura, o Serviço de Economia Rural, que se ocupava da promoção, incentivo, estímulo e assistência ao Cooperativismo. Esse órgão desenvolveu alguns trabalhos que resultaram nas primeiras cooperativas goianas. Experiência essa que, pelas características de atrelamento ao Estado, de uma política efetiva de apoio ao homem do campo, não obteve resultados positivos a longo prazo.

As primeiras cooperativas surgiram em Goiás a partir de 1949, porém todas tiveram vida curta. O Governo desenvolveu um projeto com objetivo de trazer imigrantes para Goiás, não somente com a intenção de povoar o estado, mas também de incrementar novas técnicas de produção agrícola na região.

As três primeiras cooperativas em território goiano foram constituídas por imigrantes italianos e poloneses. No município de Rio Verde foi instalada a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores, em março de 1949, com objetivo de assentar 3000 famílias em uma área de 150.000 ha. Essa cooperativa foi fundada na Itália e se estabeleceu em Goiás já com um quadro social de 400 agricultores italianos. Desses apenas 106 cooperados chegaram à região e, devido às dificuldades encontradas, abandonaram o projeto, as terras e a própria cooperativa um ano após a sua criação.

Duas outras cooperativas foram fundadas nesse mesmo período e tinham em seu quadro os imigrantes poloneses, que em maio de 1949 fundaram na cidade de Itaberaí a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí. Essa cooperativa assentou 51 famílias de deslocados de guerra. Em outubro de 1957 a entidade deixou de existir.

Em 1949 foi fundada outra cooperativa de poloneses na fazenda Córrego Rico, situada na região entre as cidades de Inhumas e Itaberaí, com o nome de Cooperativa Rural de Córrego Rico, que durou até 1957.

Na década de 50 surgiram várias cooperativas de crédito rural, e na década de 60 surgiram às primeiras cooperativas de consumo e as agropecuárias. Contudo, somente na

década de 70 houve nova fase de estruturação do Cooperativismo Goiano, fortemente amarrado às políticas oficiais.

A partir de 1970 a realidade do crédito rural e a agricultura mecanizada propiciaram o nascimento de cooperativas com estruturas empresariais mais sólidas e preocupadas com a formação dos dirigentes e do corpo técnico para atender o cooperado. O pensamento empresarial-cooperativista nasceu nesse período. O ramo que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário.

1.4. COOPERATIVAS

Os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. Com o passar do tempo, elas também começaram a atuar com segurança no setor de prestação de serviços, responsável por gerar o maior número de postos de trabalho do mercado.

A prática da democracia tem norteado a doutrina cooperativista desde o seu surgimento. A solução dos problemas e a satisfação do interesse coletivo são alcançadas com base na troca de idéias e nas discussões entre as pessoas.

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, e mantenham a autonomia da cooperativa.

Segundo Rios, G. (1987), “Cooperativismo é uma dessas palavras mágicas à semelhança do termo ‘democracia’ que ‘servem para tudo’, como uma chave mestra que abre todas as portas.

A partir da década de 1970 e da criação das primeiras cooperativas, despontam em Rubiataba práticas cooperativistas e ou associativistas nos mais variados ramos de trabalho. O bom desempenho econômico dessas cooperativas encena na comunidade um imaginário de melhor qualidade de vida, levando as pessoas a buscarem a forma cooperativista, com o desejo de encontrar, neste tipo de organização, o segredo da emancipação, de fato, todos reconheçam que o cooperativismo tem credibilidade junto à comunidade, que o vê como uma alternativa para melhorar de vida. Desta forma, pode-se dizer que:

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, tem igual direito de voto (um homem - um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática. (KREUTZ, 2004, p. 17)

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

A cooperativa é uma empresa que funciona como associação autônoma, formada para desenvolver atividade econômica. Tem de ter razão social, registro na Junta Comercial, na Receita Federal e na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), entidade que reúne as cooperativas, e é regida pela Lei 5.764/71, é preciso ter no mínimo 20 pessoas para a sua formação. Tem de haver uma assembleia para definir sua criação e um Estatuto Social.

Assim fica claro que ninguém se torna cooperativista só por fazer parte de uma Cooperativa, pois estar numa cooperativa não é ser cooperativista. Em Rubiataba, os grupos se organizam pela necessidade de se fortalecer em cooperação para resolver problemas econômicos e sociais comuns e, por força desta necessidade, apreender o que estes autores afirmam com pertinência: que o indivíduo pode desenvolver sua personalidade de acordo com sua experiência de vida, viver vivência em grupo, o comportamento desse grupo será ditado, também, pela experiência vivida e pela satisfação de sua necessidade.

1.5. COOPERANTES

Pode-se dizer que os cooperantes é que são os responsáveis pela existência das cooperativas, sejam elas grandes ou pequenas. Desta forma, pode-se dizer que:

O Cooperante também denominado de associado e ou cooperado, sendo assim fica claro que: “é o trabalhador urbano ou rural, profissional de qualquer atividade sócio-econômica, que associa para participar ativamente de uma cooperativa, assumindo as responsabilidades, direitos e deveres que são inerentes. (KREUTZ, 2004, p. 12).

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os

membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

De acordo com Macedo e Ximenes (2001, 185),

Nas organizações cooperativas, quaisquer que sejam seus segmentos e objetivos sociais, elas existem em função das pessoas. Toda e qualquer cooperativa é uma organização com fins sociais e econômicos. Através de uma cooperativa são implementados, de forma coletiva, produtos e serviços para satisfazer determinadas necessidades de seu quadro social (cooperantes), com o objetivo de viabilizar a sua atividade.

1.5.1. Os direitos e deveres do cooperante

De acordo com A CARTILHA do Cooperativismo: Cooperativa passo a passo (KREUTZ, 2004, p. 31) a cooperativa existe em função das pessoas - os cooperantes - que são donos e usuários. É preciso um engajamento muito sólido, com direitos, deveres e responsabilidades, muito claros e iguais a todos, pois se trata de um fator vital para seu desenvolvimento. A prática efetiva dos direitos e deveres na cooperativa assegura o processo participativo, democrático e autogestionado. É de responsabilidade de todos os cooperantes conhecerem, praticarem e aperfeiçoarem seus direitos, deveres e responsabilidade perante a cooperativa. Sendo assim fica claro que os direitos do cooperante são:

- a) Utilizar os serviços prestados pela cooperativa;
- b) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- c) Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias, as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- d) Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias, as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- e) Efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;
- f) Obter, durante os 30 dias que antecedem a Assembléia Geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os balanços e demonstrativos;
- g) Votar e ser votado para os cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- h) No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o Estatuto Social.

1.5.2 Os deveres do cooperante

De acordo com a Cartilha do Cooperativismo: Cooperativismo Passo a Passo (KREUTZ, 2004, p. 31):

- a) Integralizar as quotas-partes de capital;
- b) Operar com a cooperativa;
- c) Observar o Estatuto Social da cooperativa;
- d) Cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
- e) Respeitar as decisões da Assembléia Geral e do Conselho Diretor;
- f) Cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício;
- g) Participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

1.6. O COOPERATIVISMO EM RUBIATABA¹

Na cidade de Rubiataba, de com dados da Sumula do Município (1998) as pessoas através do espírito cooperativista, estavam interessadas em instalar na cidade o que ficou denominado “Uma rede de organizações cooperativas importantes no município de Rubiataba”, a Cooper-Agro, a Cooper-Rubi, a Sicoob do Vale e a FACER, além de várias associações de pequenos produtores com uma central de associações. Rubiataba é um município com aproximadamente vinte mil habitantes.

O IBGE (censo de 1999) cita uma população de 18.808 habitantes, mas estima-se que hoje seja um pouco mais. Localizada na região do vale de São Patrício, a noroeste do Estado de Goiás, a cidade de Rubiataba situa-se a 237 km de Goiânia. Uma cidade planejada, que nasceu do projeto de colonização agrícola estadual criado para a colonização da região. Foi emancipada em 12 de outubro de 1953. O município é dividido em pequenas propriedades e seus proprietários vivem da agropecuária e da agricultura, na maioria, uma atividade familiar. Sem possuir, naquela época nenhuma escola particular de ensino básico ou superior, todo o aluno que terminava o ensino médio em escolas públicas, sem grandes perspectivas, passava a trabalhar no pequeno comércio local ou saía da cidade em busca de trabalho. Em função das dificuldades financeiras, poucos podiam sair para continuar estudos superiores.

Foi notando-se, naquela época, uma necessidade de como a que ocorreu em Mondragon (Espanha), situada nos arredores da cidade do mesmo nome, Mondragon, situada no país Basco espanhol, que começou em 1965 e que pertence aos 30.000 trabalhadores das

¹ Dados extraídos da Súmula do Município (1998).

suas 109 fábricas. Ela é uma verdadeira economia regional, cooperativa porque as cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que integram o complexo estão intimamente ligados através de laços múltiplos de mútua dependência e foi este espírito que inspirou Mondragon que Rubiataba foi revestido de entusiasmo para uma visão cooperativista, sem incentivos significativos, os pequenos produtores viam no cooperativismo uma oportunidade de melhorar o desempenho de suas atividades. Assim, as ideias foram sendo amadurecidas e depois de algum tempo, o cooperativismo nascia em diversos empreendimentos locais, quase sempre com as mesmas lideranças.

As famílias, ou até mesmo alguns dos próprios cooperados não estão envolvidos com o que é a cooperativa, e este baixo nível de participação tem reflexos diretos no exercício democrático e autogestão cooperativista.

O Município de Rubiataba foi criado pela Lei nº 807, de 12 de outubro de 1953, instalou-se a 1º de janeiro de 1954. A existência do café deu origem ao nome da cidade – Rubiataba de “Rubiácea”, família botânica a que pertence o café, de “taba” que no idioma tupi significa aldeia de índios, o que caracterizava a região Centro-Oeste. Rubiataba é uma cidade hospitaleira e histórica, desde o surgimento das primeiras ruas que foram planejadas e receberam o nome de madeiras ou de frutas, homenagem à mãe natureza, constituindo uma forma política e inédita no Brasil. O povo de Rubiataba, oriundo em sua maioria, do Estado de Minas Gerais e de vários estados do Nordeste, traz consigo a inclinação para os mutirões, para o trabalho em conjunto, para a solidariedade e o companheirismo. Desde cedo o cooperativismo foi encontrando aqui um ambiente propício para sua implantação. Ao longo da emancipação política, temos visto que paira sobre a cidade, mostrando que hoje em dia a grande dependência da população pelo cooperativismo no desenvolvimento sustentável e econômico. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIATABA, 1998)

1.6.1 Cooperativas existentes em Rubiataba²

Passa-se agora a apresentar uma breve síntese dos empreendimentos cooperativos mais significantes de Rubiataba e que tem funcionado como uma rede intercooperativa, o que parece ser a garantia do sucesso do conjunto de cooperativas do município.

Desde a época dos pioneiros já existiam o espírito de ajuda mútua, desde o início da criação da cidade de Rubiataba, haviam muitas dificuldades, não haviam estradas para locomoção, e sendo assim, eles se reuniam e formavam uma comitiva que partiam utilizando

² Ibid.

o meio de transporte existente, burros, buscavam os mantimentos na cidade de Ceres GO., e quando retornavam, eles se reuniam novamente para a distribuição destes materiais. Pode-se dizer que desde a criação da cidade, a força da cooperação estava presente, isto é, o cooperativismo, que visa o bem comum de todos.

Pode-se dizer que, o cooperativismo foi a experiência que moldou a personalidade do grupo de Rubiataba e possibilitou, a partir da primeira experiência com sucesso, a constituição de outras organizações cooperativas, dando exemplo de coesão e determinação o que é fundamental numa sociedade em construção, como era o caso de Rubiataba.

Em Rubiataba, os grupos se organizaram pela necessidade de se fortalecer em cooperação para resolver problemas econômicos e sociais comuns e por força desta desenvolve sua personalidade de acordo com sua experiência de vida. Desta forma, o cooperativismo foi a experiência que moldou a personalidade do grupo de Rubiataba e possibilitou, a partir da primeira experiência de sucesso, a constituição de outras organizações cooperativas, dando exemplo de coesão e determinação, o que é fundamental numa sociedade em construção, como era o caso de Rubiataba.

De acordo com o pensamento de Sandroni (1996, p. 96), o

Cooperativismo é uma doutrina que tem objetivo de buscar alternativas aos problemas sociais existentes, através de associações de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer necessidades, cujos benefícios e bens de organização são administrados de forma igualitária.

A realidade do trabalho e seus vínculos com os aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais apresentam incertezas e desafios, que só podem ser superados mediante a participação efetiva das pessoas na busca de alternativas economicamente viáveis, tecnicamente exequíveis e socialmente desejáveis.

O município de Rubiataba tem uma população estimada em 18.618 (dezoito mil e seiscentos e dezoito) habitantes de acordo com o último censo IBGE (estimativa 2012), tendo por base econômica, desde sua origem e como o próprio nome sugere a agricultura, e destaca-se com grande força o cooperativismo, a exemplo: COOPER-RUBI, COOPER-AGRO, CREDI-GOIÁS (hoje SICOOB DO VALE) e a FACER.

1.6.1.1 Cooper-Agro

A Cooper-Agro, Cooperativa Regional Agropecuária de Rubiataba Ltda, foi a primeira cooperativa que surgiu em Rubiataba, fundada em 12 de outubro de 1971, com 45 cooperados

fundadores. O seu primeiro presidente foi o senhor Lazir Soares de Castro e seu atual presidente é o senhor Pedro Barbosa de Oliveira. A cooperativa emprega hoje cerca de 30 funcionários, que atuam basicamente na coleta de leite e fornecimento de insumos para os cooperados. A Cooper-Agro vem tendo um importante papel no desenvolvimento e participação na produção e coleta de leite do município.

1.6.1.2. Cooper-Rubi

A Cooper-Rubi, Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba Ltda foi criada pelo espírito cooperativista das lideranças rubiatabenses que fizeram surgir mais uma cooperativa em nosso município, desta vez com caráter industrial, fundada em 10 de fevereiro de 1987, com 45 cooperados fundadores, o seu primeiro presidente foi o senhor José Fidélis de Oliveira. A Cooper-Rubi é uma usina de álcool, sendo que é destacada no município como sendo a maior empregadora e geradora de renda para o município de Rubiataba. Hoje ela emprega quase 1800 pessoas, dentre cortadores de cana, motoristas, operadores de máquinas, operários industriais e a parte administrativa. A Cooper-Rubi demonstra que o cooperativismo faz história, fortalece e gera renda e prosperidade para o município.

1.6.1.3. Cooper-Carne

A Cooper-Carne, Cooperativa de Carne e derivados do Vale do São Patrício, foi fundada em 11 de julho de 2001, o início de suas atividades foi em 24 de abril de 2002, com 21 cooperados fundadores, instalada na Rodovia Go-334, Km 02, na Chácara Conquista, zona rural de Rubiataba, com a capacidade de matança diária de 300 reses e 30 suínos. No início do ano de 2005 a Cooper-Carne deixou de ser cooperativa e passou a ser empresa privada com o nome de Frigorífico do Vale do São Patrício – FRIGOVALE, seus atuais donos são os senhores: Sandro Henrique Carvalho de Magalhães, Omar Domingues de Magalhães e Adão Moreira da Silva, e atualmente é dirigida por Omar Domingues de Magalhães. Esta atualmente se encontra desativada.

1.6.1.4. FACER

A CESUR, Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, é a primeira Cooperativa de Ensino Superior do Brasil, surgiu com o objetivo de proporcionar possibilidades de estudos superiores para seus jovens. Foi fundada em 15 de agosto de 1989, com 25 cooperados fundadores, seu primeiro presidente foi o Bispo Dom José Carlos de Oliveira. Após a criação

da cooperativa, teve a exigência de mudar para Centro de Ensino, por não serem todos os criadores ligados por uma mesma categoria profissional, como é mencionada na criação de cooperativas. Ressaltando que a partir de janeiro de 2000, a FACER se tornou uma Instituição de Ensino Superior.

1.6.1.5. Sicoob do Vale

A Cooperativa de Crédito Rural de Rubiataba Ltda foi fundada a 1993, quando alguns empreendedores da sociedade rubiatabense e da região se uniram para o bem dos produtores rurais rubiatabenses. O ideal dos fundadores era unir a classe ruralista do município e região com o objetivo de criar uma agência financeira na região. Fundada inicialmente com o nome de CREDIRUBI a cooperativa renovou o orgulho dos seus cidadãos, principalmente com o slogan que foi amplamente difundido: “CREDIRUBI – Deste Banco eu sou Dono”. Ao longo deste período apresentou crescimento constante e consolidou uma posição de respeito junto à sociedade rubiatabense e ao sistema de crédito cooperativo. De acordo com o atual presidente Vanderval José Ribeiro a cooperativa surgiu para corrigir as diferenças entre os produtores rurais do município e região.

Sua área de atuação compreende alguns municípios do Vale do São Patrício no norte goiano, são eles: Rubiataba, Nova América, Nova Glória, Ipiranga, São Patrício, Morro Agudo de Goiás, Ceres, Rialma, Itapaci e Nova Crixás. A região de abrangência possui aproximadamente 120 mil habitantes, o município de Rubiataba possui de acordo com o último censo (2012) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) cerca de 18.618 mil habitantes no meio urbano e rural. A região é dividida em diversas atividades econômicas, as quais se destacam em Rubiataba: a cana-de-açúcar, a pecuária de corte e leite, a indústria moveleira e confecção.

1.6.1.6. Central das Associações dos Produtores Rurais de Rubiataba

Pode-se dizer que, Rubiataba tem uma grande ligação com o espírito cooperativista destacando a quantidade de associações existentes no município. Rubiataba atualmente possui 30 associações de pequenos produtores. Como pode ser observado na lista à seguir:

1. Associação dos Pequenos Produtores do Córrego da Onça;
2. Associação do desenvolvimento comunitário de Waldelândia;
3. Associação dos pequenos produtores rurais da comunidade Rio São Patrício;
4. Associação Rubiatabense de Piscicultura;
5. Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Córrego Grande;

6. Associação Frutos da Terra;
7. Associação dos Pequenos produtores Rurais da Comunidade Córrego São Bento;
8. Associação dos Pequenos produtores Rurais do Córrego Frio;
9. Associação dos Pequenos produtores Rurais Comunidade Rio Novo Waldelândia;
10. Associação dos Pequenos produtores Rurais Córrego Sertanejo e Águas Claras;
11. Associação dos Pequenos produtores Rurais Comunidade Córrego Grande –
Cruzeirinho;
12. Associação dos Pequenos produtores Rurais Baixa Verde – Rubiataba – GO
13. Associação de Desenvolvimento Comunidade dos Produtores Rurais Córrego Grande
e Itaúna;
14. Associação de Desenvolvimento Comunidade da Bragolândia;
15. Associação dos Lavradores de Rubiataba;
16. Associação dos Pequenos Produtores Lavoura Comunidade de Rubiataba;
17. Associação dos Pequenos Agricultores Comunidade do Fundão;
18. Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vertente Rica;
19. Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Córrego do Coité;
20. Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Córrego Frio II;
21. Associação dos Pequenos Produtores Hortifruti e Cereais Município de Rubiataba;
22. Associação dos Produtores Rurais da Baixa Verde e Córrego Grande;
23. Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Cachoeirinha;
24. Associação dos Portadores de Deficiência do Vale do São Patrício;
25. Associação dos Moradores dos Bairros Morada do Ipê e Vila Santa Fé;
26. Associação dos Moradores do Setor Serrinha;
27. Associação dos Moradores da Vila Operária;
28. Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista;
29. Associação de Moradores do Setor Rubiatabinha;
30. Associação Córrego Mutum.

Destacando que cada associação tem em média 20 associados, constata-se que cerca de 600 produtores rurais, fazem parte destas associações.

No próximo capítulo será percorrido os indicadores sociais da Cooper-Agro junto a sociedade de Rubiataba, onde vai ser aprofundado a importância deste trabalho.

2. CAPÍTULO II - OS INDICADORES SOCIAIS DA COOPER-AGRO JUNTO À SOCIEDADE

2.1. HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Kraemer (2005) tornou-se evidente em 1919, de acordo com Toldo (2002), a questão da responsabilidade corporativa com o julgamento na Justiça americana do caso de Henry Ford, presidente acionista majoritário da Ford Motor Company, e seu grupo de acionistas liderados por John e Horace Dodge, que contestavam a idéia de Ford.

Segundo Toldo (2002), nos anos 60, autores europeus se destacavam, discutindo problemas sociais e suas possíveis soluções e nos Estados Unidos as empresas já se preocupavam com a questão ambiental e em divulgar suas atividades no campo social.

Já na década de 70, começou a preocupação de como e quando a empresa deveria responder por suas obrigações sociais. Nessa época, a demonstração para a sociedade das ações empresariais tornou-se extremamente importante.

De acordo com Tinoco (2001), a França foi o primeiro país do mundo a ter uma lei que obriga as empresas que tenham mais de 300 funcionários a elaborar e publicar o Balanço Social. Seu objetivo principal pretende-se informar ao pessoal o clima social na empresa, a evolução do efetivo; em suma, estabelecer as performances da empresa no domínio social. Este balanço, segundo o autor, é bastante paternalista, pois exclui os fatos econômicos dos fatos sociais.

2.1.1. Conceito de Responsabilidade Social

A atual realidade expõe muitas situações ao ser humano, como por exemplo, falta de emprego, falta de moradia, falta de oportunidades que possam levá-lo a conseguir sobreviver sem passar por tantas dificuldades.

Para Serra, Teixeira e Ferreira (2008), nos últimos anos, o interesse dos administradores pelo tema Responsabilidade Social Corporativa tem crescido substancialmente. Devido ao agravamento de problemas sociais e ambientais por todo o planeta, desemprego, exclusão, poluição, exaustão de recursos naturais, e a dificuldade dos governos de solucioná-los, as forças da sociedade civil procuram formas de pressionar as empresas a adotar uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios. Há

uma crescente preocupação coletiva em relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas sociais que a comunidade repassa às organizações induzindo a um novo posicionamento por parte dos empresários. As empresas conscientizam-se da importância de considerar os interesses de outros grupos (*stakeholders*³), não só dos acionistas, afetados por sua atuação: fornecedores, empregados, comunidade, consumidores, sociedade e meio ambiente. É a própria noção de sucesso empresarial que é questionada, deixando de ser exclusivamente orientada para os resultados econômico-financeiros para exigir também resultados sociais e ambientais, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer que a responsabilidade social é a devolução à sociedade de parte dos lucros acumulados pelas empresas, em forma de caridade, solidariedade, aplicadas por elas, onde entram doações, ações junto a entidades, assim por diante.

A origem do tema Responsabilidade Social teve início na década de 60 nos Estados Unidos. Movimentos populares contra a Guerra do Vietnã se uniram em defesa de questões sociais como a paz, o equilíbrio ecológico e as discriminações raciais. Os universitários iniciaram com os primeiros protestos contra a atual sociedade que não oferecia soluções adequadas aos problemas existentes e que muitas vezes eram gerados por várias organizações. As manifestações ocasionaram o boicote aos produtos e ações de empresas que contribuíam para a guerra. As empresas passaram então a divulgar suas ações sociais para reverter a atual opinião sobre elas. Com o tempo, tornou-se maior a fragilidade do primeiro setor - que corresponde ao Estado - a solucionar as questões sociais. O setor privado sentindo a necessidade de interferir, acabou trazendo essa atribuição para si. Atualmente o Terceiro Setor está em crescimento em todo o mundo e no Brasil. (NORILER; MACHADO, 2008, p. 30).

Responsabilidade social não é somente uma obrigação moral e voluntária de assumir compromissos que vão mais além de nossas próprias obrigações legais no que chamamos âmbito social, econômico e ambiental.

De acordo com V. Júnior e Demajorovic (2006, p. 16), 'a responsabilidade social tem sido interpretada pelo público como a contribuição social voluntária das empresas, sendo destacada como a atuação das empresas junto à comunidade, sem considerar como parte integrante da gestão das empresas'.

Para Serra, Teixeira e Ferreira (2008), a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio

³ É um termo usado em diversas áreas como gestão de projetos, administração e arquitetura de software referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa.

de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo pro ativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

“O conceito de responsabilidade social considera que o planeta, as comunidades locais, o ambiente, a sobrevivência dos negócios, estão todos relacionados.” Sendo assim, os benefícios da responsabilidade social podem ser observados nas seguintes situações internas e externas das organizações, entre eles: valorização da imagem institucional e da marca; reconhecimento e maior fidelidade do consumidor; aumento da motivação dos colaboradores; atração e retenção de talentos; flexibilidade e capacidade de adaptação; diminuição de conflitos; maior longevidade; acesso a capitais e mercados. Os benefícios podem ocorrer com o auxílio das ferramentas de gestão que devem ser trabalhadas nos seguintes aspectos: códigos de condutas internos e externos; padrões de desempenho; normas de governança; normas de sistemas de gestão; padrões de relatório; verificação e auditoria. (DREHER; SOUZA; NORILER, 2006, p. 5 *apud* NORILER; MACHADO, 2008, p. 3).

De acordo com Melo Neto e Froes (2001), o exercício da responsabilidade social tem dois focos distintos: os projetos sociais e as ações comunitárias. Os projetos sociais são empreendimentos voltados para a busca de soluções de problemas sociais que afligem populações e grupos sociais numerosos ou em situações de alto risco. Tais problemas, se negligenciados ou enfrentados sem as determinações exigidas pelas circunstâncias, agravam-se com o tempo e demandam soluções imediatas, de médio e longo prazo. As ações comunitárias correspondem a participação da empresa em programas e campanhas sociais realizadas pelo governo, entidades filantrópicas e comunitárias ou por ambas. Tal participação ocorre por meio de doações, ações de apoio e trabalho voluntário de seus empregados. Nas ações comunitárias, a empresa insere-se na comunidade por meio de transferência e repasse de recursos para entidades assistenciais e comunitárias.

Quando a empresa trabalha a responsabilidade ela passa a fazer parte do social, onde certamente será vista aos olhos da comunidade como uma empresa humanitária.

Rebouças (s/d), afirma que o conceito de Responsabilidade socioambiental, segundo o Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável é um compromisso permanente por parte dos empresários na adoção de uma postura e ações de mercado éticas, que contribuam

para o desenvolvimento econômico de forma consoante com a qualidade de vida de seus clientes internos e externos. A Responsabilidade socioambiental pode ser adotada por empresas públicas e privadas no objetivo de conciliar inclusão social e conservação do meio ambiente. É uma ação que vem sendo planejada e implementada com maior ênfase desde os anos 90, apesar do remoto histórico do pensamento ecológico e lutas ambientalistas no mundo.

Diante desta afirmação vimos que produzir e distribuir seus produtos de forma global é uma das missões da responsabilidade socioambiental, o que aumenta a conscientização de todos os envolvidos na empresa e sua responsabilidade perante a sociedade no uso comum do meio ambiente. Onde busca também a conscientizar e propor maneiras de produzir sem gerar danos e riscos ao meio ambiente é à estratégia de mercado da empresa, e esta deve ser colocada em prática por todas as empresas visando assim a proteção do meio ambiente.

2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Para Kraemer (2005) a empresa é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Pode-se dizer que a responsabilidade social é vista como um meio com o qual as empresas atuam junto a seus funcionários e que também se preocupa em ajudar entidades que trabalham em prol de trabalho social, e na Cooper-Agro, ela respeita estes dois conceitos sociais, onde no decorrer do estágio foi possível mostrar estes resultados.

Para Kraemer (2005) as empresas de hoje são agentes transformadores que exercem uma influência muito grande sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente, possuindo também recursos financeiros, tecnológicos e econômicos. Diante disto, procuram colaborar de alguma forma para o fortalecimento destas áreas, com posturas éticas, transparência, justiça social. Os empresários, neste novo papel, tornam-se cada vez mais aptos a compreender e participar das mudanças estruturais na relação de forças nas áreas ambiental, econômica e social.

Dias (2007, p. 154 *apud* ALBUQUERQUE, 2009) por outro lado, doações que a empresa faz ocasionalmente não são ações de Responsabilidade Social Empresarial; são um

tipo de ajuda eventual, configurando-se mais ação de filantropia. Quando se trata de Responsabilidade Social:

São estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação de seus clientes, o bem estar da sociedade. A empresa está inserida nela e seus negócios dependerão de seu desenvolvimento e, por tanto, esse envolvimento deverá ser duradouro. É um comprometimento. (DIAS, 2007, p. 154 *apud* ALBUQUERQUE, 2009)

Kraemer (2005) relata que, a responsabilidade social não é um modismo e sim uma realidade no contexto empresarial, que acarreta alterações gradativas de comportamentos e de valores nas organizações, devendo estar presente nas decisões de seus administradores e balizar seu relacionamento com a sociedade.

São muitos os órgãos e entidades que se unem como o mesmo propósito, ou seja, tentar minimizar as dificuldades das pessoas carentes que necessitam de ajuda, e esta ajuda não é somente no que diz respeito a moradia e alimentação, mas também de uma palavra de conforto e segurança.

Noriler e Machado (2008), afirmam que uma empresa socialmente responsável é aquela que, além de ser ética nos seus negócios, preocupa-se com questões tais como: a não utilização de mão-de-obra infantil, saúde de seus funcionários, não utilização de trabalhos forçados, segurança no trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, não discrimina seus funcionários nem a sociedade em geral, respeita horário de trabalho para os colaboradores, possui preocupação com questões ambientais e um sistema de gestão coerente.

O exercício da responsabilidade social externa corresponde ao desenvolvimento de ações sociais empresariais que beneficiam a comunidade. Estas ações podem ser realizadas através de doações de produtos, equipamentos e materiais em geral, transferência de recursos em regime de parceria para órgãos públicos e ONGs, prestação de serviços voluntários para a comunidade pelos funcionários da empresa, aplicações de recursos em atividades de preservação do meio ambiente, geração de empregos, patrocínio de projetos sociais do governo e investimentos diretos em projetos sociais criados pela própria empresa (MELO NETO; FROES, 1999).

Com imagem reforçada e dependendo dos resultados dos projetos sociais por ela financiados, a empresa torna-se mais conhecida e vende mais seus produtos e serviços, sobretudo sua marca ganha maior visibilidade, aceitação e potencialidade.

Os autores Noriler e Machado (2008), complementam ainda que, a empresa deve, ainda, investir na educação e no progresso de seus funcionários, na saúde, na alimentação. Isto é, a gestão empresarial não pode limitar a sua preocupação aos interesses dos acionistas. Assim, a empresa necessita buscar a excelência através da qualidade, das relações com a comunidade e da sustentabilidade econômica, social e ambiental da sua atuação. Uma empresa que cumpre o seu papel social atrai mais consumidores, investe na sociedade e no seu próprio futuro.

Para Kraemer (2005), as empresas hoje são agentes transformadores que exercem uma influência muito grande sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente. Neste sentido, vários projetos são criados, atingindo principalmente os seus funcionários e em algumas vezes seus dependentes e o público externo, contemplando a comunidade a sua volta ou a sociedade como um todo. O grande problema é que não se realiza um gerenciamento correto a fim de saber qual o retorno para a empresa.

Observa-se então que a responsabilidade social pode influenciar o dia a dia de uma empresa também. Pois quando uma ação social bem conduzida garante a qualquer empresa posição de destaque na sociedade onde atua e este é fator decisivo na auto preservação empresarial.

Na dimensão interna, ao nível da empresa, as práticas socialmente responsáveis implicam, fundamentalmente, os trabalhadores e prendem-se em questões como o investimento no capital humano, na saúde, na segurança e na gestão da mudança, enquanto as práticas ambientalmente responsáveis se relacionam, sobretudo com a gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção. Estes aspectos possibilitam a gestão da mudança e a conciliação do desenvolvimento social com uma competitividade reforçada. Quanto à dimensão externa, a responsabilidade social de uma empresa ultrapassa a esfera da própria empresa e se estende à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas um vasto espectro de outras partes interessadas: parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente. (KRAEMER, 2005)

Clientes tornam-se orgulhosos de comprar produtos de uma empresa com elevada responsabilidade social. Fornecedores sentem-se motivados em trabalhar como parceiros de uma empresa desta natureza. O governo e a sociedade civil tornam-se parceiros desta empresa

em seus empreendimentos sociais. Os concorrentes reconhecem o ganho de valor desta empresa. Os seus funcionários orgulham-se e sentem-se motivados em trabalhar nesta empresa.

2.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL/ VOLUNTARIADO

Para Paula (2013) a Responsabilidade Social é uma exigência básica a atitude e ao comportamento ético, através de práticas que demonstrem que a empresa possui uma alma, cuja preservação implica solidariedade e compromisso social. A imagem institucional é um bem que significa para a empresa a aceitação pública de sua atuação e propostas. São seus ativos intangíveis, a força que garante sua perpetuidade. Uma das linhas de ação empresariais mais significativas, nesse sentido vem sendo o voluntariado, ou seja, a disposição dos empregados em se disponibilizarem à ações solidárias de assistência. Vem crescendo o apoio efetivo das empresas ao engajamento de suas equipes em projetos e obras sociais. Isso é excelente, mas requer organização para que não se percam esforços e motivações. Já vivenciamos, hoje em dia, em muitas empresas a formação de Clubes de Cidadania nas Empresas, o qual consiste em criar uma espécie de "ong interna" (grupo que se organiza para o esforço integrado e coordenador das ações sociais). O Clube do Cidadão, preservado em sua autonomia, deve ser estimulado e apoiado pela empresa. Cabe ao Clube de Cidadania:

- ✓ Estabelecer estratégias e programações sociais na empresa;
- ✓ Promover Campanhas Motivacionais ao Voluntariado;
- ✓ Cadastrar as adesões, planejar ações e as escalas de atendimento;
- ✓ Selecionar as obras sociais;
- ✓ Debater idéias, buscar soluções criativas;
- ✓ Avaliar resultados;
- ✓ Treinar voluntários;

O Clube de Cidadania é um esforço concentrado e uma inteligente estratégia de criação do espírito solidário na empresa, que certamente influenciará concretamente no trabalho empresarial, em reforço ao sentido de equipe e a produtividade.

Ética empresarial não é assunto para as horas vagas, é filosofia e prática de empresa. Significa não ao individualismo e aos seus subprodutos: egocentrismo e corporativismo. Não

ao autoritarismo e suas subdivisões: o totalitarismo político, com a centralização do poder; o totalitarismo organizacional, com o comportamento burocrático; o totalitarismo emocional, com o paternalismo. Ética é vida! Sem princípios éticos é inviável a organização social. Ética Empresarial é a alma do negócio. É o que garante o conceito público e a perpetuidade.

Observa-se que a responsabilidade social significa um bom relacionamento da empresa com a sociedade, onde há retornos da empresa em trabalhos sociais junto a entidades e aos funcionários da organização.

No próximo capítulo foram discorridos conceitos e ideias de autores sobre A Responsabilidade Social junto às Entidades Filantrópicas que são assistidas pela Cooper-Agro.

3. CAPÍTULO III - A RESPONSABILIDADE SOCIAL JUNTO ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS QUE SÃO ASSISTIDAS PELA COOPER-AGRO

Ao iniciar este tópico sobre a responsabilidade social junto às entidades filantrópicas sem fins lucrativos que são assistidas pela Cooper-Agro se faz necessário conhecer um pouca da história de nossa cidade.

De acordo com dados da Súmula do Município (PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIATABA, 1998), Rubiataba está localizada a 237 quilômetros da Capital do Estado de Goiás, seguindo pela GO-080 ,Nerópolis / Petrolina de Goiás / São Francisco de Goiás / BR-153 / Jaraguá / Rianópolis / Rialma / GO-434 / Nova Glória. Criada pela lei nº. 807, de 12 de outubro de 1953, assinada pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, naquela época Governador do Estado de Goiás, instalando-se a 1º de janeiro de 1954. De acordo com pesquisa do IBGE a população é de 18.523 habitantes, com o PIB R\$ 102.432 mil e PIB per capita R\$ 5.401,00 mil.

A Cidade tem se destacado, por ter a cultura de trabalhar no sistema de cooperativas, (Coperativas de Produtores de Leite, Coperativas de Credito Rual, Coperativas da Agricultura Familiar) possui uma usina de produção de álcool, na criação de gado, com uma grande produção de leite. Sua economia predominante é voltada para os pequenos produtores rurais. Outro destaque da cidade é pelo fato de não existir mendigos nas ruas ou miseráveis passando fome.

Este artigo que ora se apresenta tem como objetivo identificar e analisar o trabalho que é desenvolvido na cidade para o combate a fome e a miséria dos cidadãos destacando-se os trabalhos das entidades filantrópicas da cidade de Rubiataba, na implantação da Política de Assistência Social.

3.1. ENTIDADES FILANTRÓPICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para que a empresa faça a sua parte dentro da responsabilidade social é necessário que ela revise seu modo de produção e padrões de consumo visando colocar em prática dentre as

principais ações projetos de reciclagem, saneamento, reflorestamento, educação ambiental e coleta de lixo.

A responsabilidade social empresarial é a característica de uma empresa cidadã, inserir a postura ética e social para a empresa. Muitas empresas enxergam a responsabilidade social como um conjunto de atitudes “maketeiras” com a finalidade de apenas angariar imagem e público, outras enxergam planos e projetos que resultem em melhorias realmente sociais. O planejamento e a melhoria resultante da ação de uma empresa comprometida com o social, sem visar somente o retorno mercadológico é um caráter mais valorizado pelo consumidor. Atualmente, o consumidor é mais informado e preocupado com as disparidades sociais de sua sociedade. Na sociedade o indivíduo é considerado um cidadão; no mercado, o indivíduo é um consumidor. Através de investimento social corporativo, a empresa contribui em causas e projetos, nem sempre o investimento é disponibilizado em espécie (dinheiro), mas também através de permutas, ferramentas e serviços específicos. Muitas empresas atuam em fundação ou instalações próprias, ou investindo em parceria com Ong’s. (REBOUÇAS, 2013)

Portanto acredita-se então que devemos julgar as empresas não apenas pelo seu sucesso econômico, mas também por critérios não econômicos, ou seja, a ação social por ela empregada junto a sociedade.

Leandro e Rabelo (2011), afirmam que o comportamento de uma empresa no que diz respeito a sua responsabilidade ética e social é importante para a sociedade em geral e permite-nos entender como é que essa empresa aplica os seus valores, que são a fundação das suas tomadas de decisão.

Sendo assim, o trabalho social que é aplicado pela empresa junto as entidades, é um trabalho que vai gerar despesas e que só terão retorno a longo prazo e estas podem ser elencadas nas áreas em que a responsabilidade social deve atuar baseando-se no local de trabalho (colaboradores), mercado (clientes, fornecedores), ambiente, comunidade, ética e direitos humanos.

Observa-se então que entre outras tantas atitudes que definem uma empresa socialmente responsável é aquela que em suas ações de responsabilidade social poderá devolver à sociedade parte dos lucros que esta ajudou a gerar.

Pode-se dizer então de acordo com Leandro e Rabelo (2011), responsabilidade social também é compartilhar nossa própria missão, os objetivos próprios da política de responsabilidade social, entendida como a gestão do impacto econômico, social e ambiental de nossas atividades. Fica claro que uma empresa ao fabricar produtos ou prestar serviços que

não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos consumidores ou clientes, esta sim estará praticando a responsabilidade social.

Albuquerque (2009, p. 136), define

Responsabilidade Social Empresarial é a forma que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso deve ser feito preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Pode-se dizer ainda que hoje muitos executivos já têm a consciência de que só se terá um desenvolvimento sustentável de longo prazo com ações de responsabilidade social e que a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que a organização está inserida também irá levar a uma maior lucratividade, além da imagem projetada pela empresa para seus clientes, concorrentes e parceiros, que pressiona a novas legislações nessa área. É a ideia da conservação ambiental para gerações futuras limitando o uso de recursos não renováveis, desenvolvendo uma cultura de maior aproveitamento e reciclagem.

3.2. ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE RUBIATABA

A Cooper-Agro tem uma grande preocupação responsável com a comunidade local, com assistência às entidades privadas sem fins lucrativos. Diante deste aspecto tem a responsabilidade social da empresa ajudado algumas entidades, tais como: a) Associação Rubiatabense de Dependentes Químicos de Rubiataba - com meio salário mínimo, todo mês; b) Sociedade São Vicente de Paulo (Vicentinos) ajuda com a Campanha de Natal; c) Doações para a escola do município de Rubiataba, para realizarem festas nas datas comemorativas (Festa Junina, Dia das Crianças, Aniversário da Cidade).

O trabalho filantrópico é encarado por muitos como uma forma de ajudar e guiar o desenvolvimento e a mudança social sem recorrer à intervenção estatal, muitas vezes contribuindo por essa via para contrariar ou corrigir as más políticas públicas em matéria social, cultural ou de desenvolvimento científico.

Este trabalho dever ser visto como uma ajuda social no que diz respeito a ajudar as famílias em vulnerabilidade, onde as entidades de nossa cidade se unem em parceria para estas famílias. Todo cidadão tem vários direitos e a Constituição Federal assegura o direito do cidadão quando diz respeito à saúde, a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade, a infância e a assistência ao desamparados no seu artigo 6º; e no artigo 5º destaca que todos são iguais perante a lei.

Cabe ao Estado cumprir a Constituição Federal, promover os direitos dos cidadãos e a ordem social, conforme prevê a lei. O Estado deixa a desejar nos quesitos dos direitos dos cidadãos, não promove medidas eficientes que diminuam as desigualdades conforme prevê o inciso VII das normas constitucionais. Para colaborar, ou simplesmente, porque o Estado não faz, as entidades filantrópicas estão sempre presentes nos atendimentos no campo da justiça social, prestado serviços sem a visão lucrativa ou especulativa, ocupando-se no trabalho da solidariedade e da vida.

Vale ressaltar que a Constituição Federal prevê a atuação da iniciativa privada no campo dos direitos sociais, dando a estas iniciativas, benefícios fiscais, e no caso de filantropia, isenções de impostos. Assegura na Lei nº. 9.790/99 e Decreto nº. 3.100/99 que trata das entidades filantrópicas que se qualificam como organizações da sociedade civil de interesse público. Quando enquadradas as qualificações da Lei, a entidade filantrópica pode ser signatária de termo de parceria com o poder público. Com isso, podem ser ampliados seus bens e recursos em programas filantrópicos como está previsto na Lei.

As entidades filantrópicas, no texto constitucional na Lei nº. 9.790/99 e Decreto nº. 3.100/99 são destinatárias das seguintes referências:

- ✓ Estão isentas da contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências fixadas em lei (art.195,§7º);
- ✓ Assistência à saúde é livre à iniciativa privada; entidades privadas podem participar de forma complementar do sistema único de saúde tendo preferência entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos; é vedada destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às entidades privadas com fins lucrativos (art.199);
- ✓ Entidades de previdência privada com fins lucrativos não podem receber subvenção ou auxílio do poder público (art. 201, §8º);
- ✓ Entidades beneficentes e de assistência social podem participar da execução dos programas governamentais no campo da assistência social (art.204);
- ✓ O ensino é livre à iniciativa privada; recursos públicos destinam-se as escolas públicas, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas,

definidas em lei, que: comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; assegurem destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades (art.213).

Na Constituição Federal (art.150), veda-se instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. A referida vedação compreende o patrimônio, a renda, e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades de educação e de assistência social. Nas normas constitucionais, a referência as entidades civis com várias qualificações, sem preocupação de se adotar alguma padronização, tais como: pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos; instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; instituições assistenciais; entidades beneficentes de assistência social; entidades filantrópicas; entidades sem fins lucrativos; entidades beneficentes; entidades de assistência social; escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, com finalidade não - lucrativa.

Para que as entidades tenham o direito aos incentivos e benefícios fiscais e ou financeiros devem atender os requisitos da lei, as exigências ou estar definidas em lei.

Fiscalização Externa das Entidades Filantrópicas e Estatutos e doações.

Aqui em Rubiataba a Secretaria Municipal de Assistência Social faz um controle destas entidades através de um Livro de Registro das Entidades Municipais que fazem trabalhos filantrópicos sem fins lucrativos, e, é através deste registro que libera-se a certidão para que as entidades possam efetuar o seu cadastro nos órgãos necessários e serem beneficiadas.

Em termos jurídicos a Constituição Federal prevê que o poder público manterá sistema de controle interno (art.74), em relação aos órgãos e entidades da administração pública, envolvendo também controle da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. Ainda conforme art. 70 da Constituição Federal,

a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores

públicos ou pelos qual a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (BRASIL, CF, 1988)

O negócio jurídico criativo de fundação privada, formalizado em escritura pública ou em testamento, consubstancia declaração de vontade no sentido de se fazer dotação especial de bens livres vinculada à consecução de determinados fins filantrópicos ou beneficentes. O instituidor pode também elaborar o estatuto fundacional determinando sua estrutura ou organização de funcionamento e administração, ou ainda designar pessoa para elaborar o estatuto.

3.3. HISTÓRICO DAS ENTIDADES E ESCOLA ASSISTIDAS PELA COOPER-AGRO

3.3.1. Sociedade São Vicente de Paula - SSVP

Inicialmente será feito o esboço sobre a entidade Sociedade São Vicente de Paula - SSVP⁴, que de acordo com o presidente da Conferência São Vicente de Paula, entrevistado, foi fundada em 23 de Abril de 1833, por um grupo de sete jovens universitários liderados por Antônio Frederico Ozanam, estudante de Direito na Universidade de Sorbonne, em Paris, aos 20 anos de idade.

A entidade SSVP surgiu para dar resposta às críticas que os estudantes ateus faziam aos estudantes católicos daquele tempo, dizendo: "Os cristãos não praticam o que pregam; onde estão as suas obras de caridade"?

⁴ Dados obtidos com o presidente da Conferência São Vicente de Paula de Rubiataba.

Figura 1: Fachada da Entidade Sociedade São Vicente de Paulo.



Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor, 2013.

A SSVP é uma organização católica de leigos que voluntariamente se empenham no apoio a indivíduos, famílias e grupos sociais marginalizados, através de ações variadas onde se privilegia o contato pessoal e direto e a visita domiciliar, não só com intuito de aliviar a miséria material e moral, mas também a descobrir e solucionar as suas causas. Ozanam e os amigos começaram a procurar os pobres, para visitá-los em suas casas, levando-lhes alimentos, roupas, a amizade e a dedicação. Este pequeno grupo formado por Ozanam e os amigos, tomaram como *Patrono o Pai da Caridade, São Vicente de Paulo*, que no seu tempo, se dedicou inteiramente ao serviço dos pobres, dos infelizes e dos que não tinham fé (1581-1660). Grupos similares começaram a surgir em Paris, depois em toda a França, expandindo-se, a seguir, pelo mundo Cristão, com o objetivo de servir os mais necessitados, aliviando as suas misérias espirituais e corporais, por amor a Deus.

No Brasil, a Sociedade de São Vicente de Paulo é conhecida pelas iniciais SSVP, e está colocada sob a proteção da Bem-aventurada Sempre Virgem Maria, tal como foi proposto pelo próprio fundador, Ozanam. A Conferência São José foi a primeira unidade vicentina fundada em território brasileiro, no Rio de Janeiro, em 04 de agosto de 1872. Os fundadores da Conferência São José foram os confrades Pedro Fortes Marcondes Jobim (médico), Antônio Secioso Moreira de Sá (advogado) e Francisco Lemos Farias Coutinho (o Conde de Aljezur), este último fundador da SSVP em Portugal que estava no Brasil a serviço da

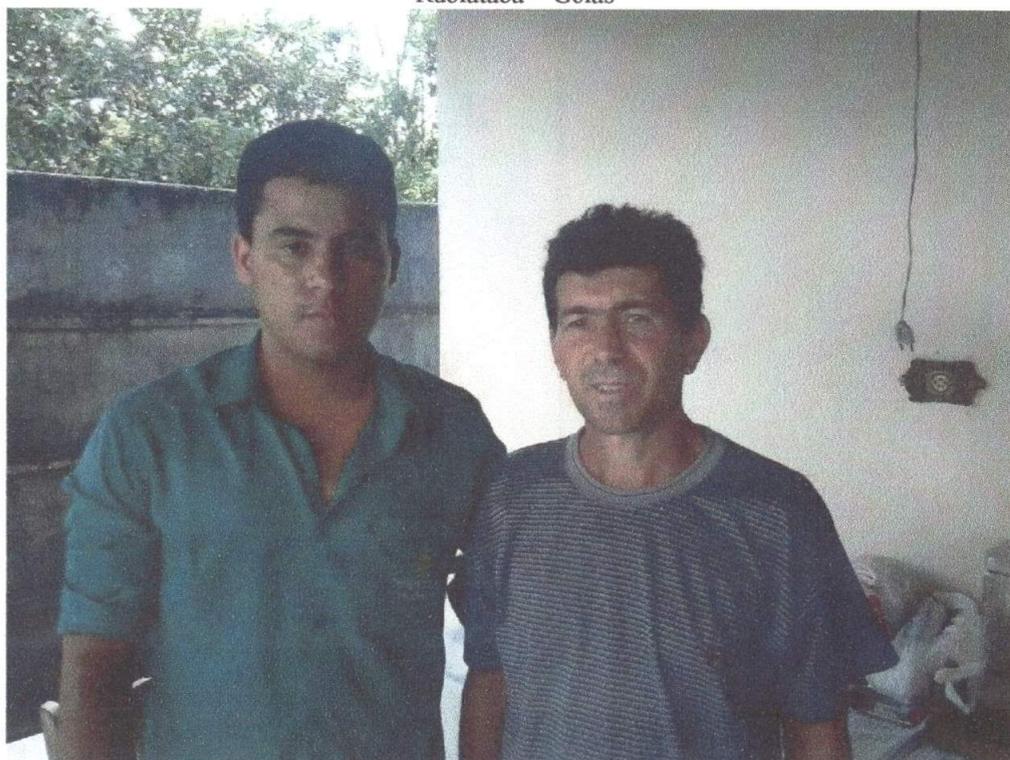
imperatriz, Dona Leopoldina. O Confrade Francisco tornou-se o primeiro presidente da Conferência São José, agregada ao Conselho Geral em 16 de novembro de 1872.

O Brasil possui hoje 300 mil vicentinos, 30 Conselhos Metropolitanos, 250 Conselhos Centrais, 2.000 Conselhos Particulares, 20 mil Conferências, 3 mil Obras Unidas (hospitais, lar de idosos, creches, educandários, dispensários, vilas, centros comunitários, etc.) e 200 mil famílias assistidas. O Conselho Nacional do Brasil da SSVV está sediado no Rio de Janeiro.

A Sociedade São Vicente de Paula chegou a Rubiataba em dois de novembro de mil novecentos e sessenta e dois com o objetivo de atender voluntariamente indivíduos, famílias e grupos marginalizados, visando aliviar, diminuir a miséria material, social e moral que assolam essas pessoas. Embasados nesses objetivos um grupo de voluntários começou seu trabalho de contato pessoal e visita domiciliar em busca de alívio e resoluções de problemas. Hoje esse grupo atende semanalmente quarenta famílias que recebem cestas de alimentos, educação religiosa e reingresso no mercado de trabalho, resgatando assim a dignidade e auto-estima.

A sociedade São Vicente de Paula é uma instituição Católica e visa simplesmente a assistência social voluntária e seu retorno é a recompensa vinda de Deus e o reconhecimento da sociedade onde presta essa assistência movida pelo amor ao ser humano.

Figura 2: Entrevistador e Responsável Joaquim Antônio da Silva Neto Sociedade São Vicente de Paula – Rubiataba – Goiás



Fonte: Dados da pesquisa, Adaptados pelo autor. 2013.

3.3.2. Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos - Vida Nova

A Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos - Vida Nova⁵, da cidade de Rubiataba, Estado de Goiás, localizada na Rua Ipê, n. 100, Centro, inscrita no CNPJ nº 09.346.568/0001-33, fundada em 22/07/2007, com o objetivo de prestar assistência aos dependentes químicos de Rubiataba e Região. A entidade foi considerada de utilidade pública municipal através da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, está cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social desde 20 de julho de 2010.

A assistência é prestada em tempo integral: alimentação, higienização, saúde, recreação, devocional e outras atividades visando a recuperação e agregação dos vínculos familiares e sociais. Atende-se em média de 16 (dezesseis) dependentes. A atual diretoria é composta por 13 pessoas. A administração busca responder satisfatoriamente a política de atendimento aos que ali estão em regime de internação através de ações efetivas voltadas para atividades com padrões de atendimento de qualidade (médicos, psicólogos e outros), carinho, atenção, respeitando seus direitos e defendendo sua dignidade e o direito a vida cumprindo o que preconiza.

⁵ Dado obtido com membro da diretoria Associação Rubiatabense de Recuperação de Dependentes Químicos - Vida Nova. 2013.

Figura 3: Entrevistador Membros da Diretoria da Casa de Recuperação de Dependentes Químicos Rubiataba – Goiás



Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor. 2013.

A luta pelos direitos sociais empreendidas hoje pelas classes sociais estimulam a criação de novas responsabilidades públicas que substituem a política paternalista e assistencialista. A Vida Nova visa trabalhar em prol da recuperação de seus internos, onde não discrimina nem idade, nem cor ou poder aquisitivo. Queremos buscar um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais através da participação de nossa sociedade na defesa dos nossos internos. Devemos lutar por uma sociedade mais humana e justa que valorize e respeite o cidadão e não o exclua, mas que busque sempre o resgate, a inclusão e a participação ativa destes dependentes na sociedade em que eles já contribuíram e podem ainda contribuir na construção de um mundo que respeite os verdadeiros valores humanos e sociais. Tem como objetivo geral assegurar integralmente os direitos do cidadão criando condições para promover sua autonomia e participação efetiva na sociedade resgatando sua autoestima, dignidade e cidadania.

3.3.4 Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa

O Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa⁶ foi fundado em 12 de março de 2008, está localizado na Av. Caraíba n. 611, setor Bela Vista, no município de Rubiataba-GO. Tem aproximadamente 750 alunos.

Figura 4: Fachada do Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa.



Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor. 2013.

Figura 5: Entrevistador e a Diretora: Gracielle Loiola Sousa A. Ribeiro.



Núcleo Municipal Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa, Rubiataba – Goiás.

⁶ Dados obtidos com a diretora do Núcleo Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln Monteiro Barbosa. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que mediante pesquisa realizada na Cooper-Agro, produzir e distribuir seus produtos de forma global é uma das missões da responsabilidade socioambiental, o que aumenta a conscientização de todos os envolvidos na empresa e sua responsabilidade perante a sociedade no uso comum do meio ambiente. Busca também conscientizar e propor maneiras de produzir sem gerar danos e riscos ao meio ambiente é a estratégia de mercado da empresa, que deve ser colocada em prática por todas as empresas visando a proteção do meio ambiente.

Mediante a problemática estudada foi possível observar que a Cooper-Agro está realmente sendo responsável com a sociedade. Pois os funcionários relataram que é uma empresa socialmente responsável, e tem um reconhecimento responsável com os colaboradores. Os responsáveis diretos das entidades acreditam que a Cooper-Agro é uma empresa responsável e consciente das obrigações com o meio ambiente e o social.

Quanto ao objetivo identificado foi possível descobrir que as ações estão sendo desenvolvidas visando o desenvolvimento e a condução da responsabilidade social corporativa da Cooper-Agro, pois as entidades e a escola assistidas relatam que realmente a ação é desenvolvida e colocada em prática pela Cooper-Agro. A Responsabilidade Social tem ajudado muito na manutenção das mesmas e elas nas reuniões sempre mencionam que esta parceria é de grande valia. A Cooper Agro está na busca contínua do bem-estar de seus funcionários e dependentes, além de incentivar e investir no crescimento pessoal, profissional e social de seus funcionários.

A Cooperativa tem honrado seus compromissos com os colaboradores de forma responsável. Julgam fundamental a iniciativa privada das práticas de responsabilidade social, e reconhecem que estas trazem grandes benefícios para a sociedade, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do país nas áreas social e cultural, através da criação de oportunidades de trabalho, acesso à educação, ao esporte e a cultura. Com a aplicação dos investimentos das empresas em ações sociais podem colaborar para manter sua sobrevivência no mercado.

De acordo com delineamento metodológico foi possível descobrir que ao assumirem uma postura comprometida com a Responsabilidade Social Empresarial, micro e pequenos empreendedores tornam-se agentes de uma profunda mudança cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Também se torna necessário uma nova

consciência de que para continuarmos a viver bem é preciso manter nosso habitat em situação satisfatória de renovação e continuidade. As empresas são grandes influenciadoras de costumes e práticas para a sociedade a que servem, assim como a Cooper-Agro.

E que de acordo com o referencial teórico utilizado para desenvolver a visão de vários autores sobre responsabilidade social, observou-se que somente com práticas efetivas de responsabilidade social e ambiental é que se pode manter e renovar recursos em situação de riscos, sem também, inserir novos problemas ao planeta. Esta empresa estará também ajudando o meio ambiente servindo de exemplo a outras empresas que poderão aprender com ela e assim procurar praticar a responsabilidade social em nossa sociedade cada vez mais carente de ações e projetos, assim como nosso planeta de maneira geral. Esta certamente é uma das fórmulas possível de sustentabilidade viável que poderá ganhar novos parceiros.

Conclui-se que de acordo com a pesquisa realizada na Cooper-Agro, observou-se que a ação conjunta transforma uma sociedade, não exatamente como uma sociedade sem desigualdades, mas minimiza as dificuldades das pessoas mais carentes, quando uma ou mais pessoas se dispõem a doar seu tempo a favor do bem comum. É assim que desenvolve na cidade este bonito trabalho de inclusão social, onde a Cooper-Agro é destaque e com certeza sua ajuda é de grande relevância para as entidades, pois com a ajuda dada a cada uma das entidades e escola é possível obter melhoria no desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANDRADE, Zita Pires de. **Cooperativismo no ensino superior: o caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba**. Tese (Mestrado)-UCG, Goiânia, 2005.
- BRASIL. República Federativa. 1988. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- DREHER, Marialva Tomio; SOUZA, Vanessa Fraga de; NORILER, Ida Luciana Martins. **Estratégias de participação pública e privada: um estudo da intersectorialidade como fator de ordenação da responsabilidade social empresarial: artigo x colóquio internacional sobre poder local**. Salvador, 2006.
- ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE RUBIATABA. set. 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo de 1999**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapa_municipal_estatistico//go/rubiataba.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.
- IRION, João Eduardo. **Publicações e serviços Ltda**. São Paulo: STS, 1997.
- KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade social: uma alavanca para sustentabilidade**. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/canales5/fin/resocial.htm>>. Acesso em: 7 set. 2013.
- KREUTZ, Ineida T. **A cartilha do corporativismo: cooperativo passo a passo**. 7. ed. Goiânia: OCB, 2004. Disponível em <<http://www.unipsico.com.br/web2/arquivos/A%20CARTILHA%20DO%20CORPORATIVISMO.pdf>> Acesso em: 7 set. 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEANDRO, Alexandra; REBELO, Teresa. **A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional**. 2011. Disponível em: <<http://www.exedrajournal.com/docs/s-CO/01-11-40.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2013.

MACÊDO, Kátia Barbosa; XIMENES, José Abel Alcanfôr. **Cooperativismo na Era da globalização**. Goiânia: Cooperativa das Unimed's GO/TO, 2001.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NORILER, Ida Luciana Martins; MACHADO, Denise Delprá Neto. **Análise dos indicadores de responsabilidade social corporativa: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito**. 2008. Disponível em: http://www.convibra.com.br/2008/artigos/163_0.pdf Acesso em: 7 set. 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PAULA, Francinaldo Soares de. **Ética empresarial e responsabilidade social**. (IF Goiano - Técnico em Administração), 2013. (1ª Apostila)

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. A educação cooperativista nos anos 2000: valorizando a cidadania brasileira. **Coleção Estudo e Pesquisa**, n. 3, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIATABA (GO). **Súmula do município**. Rubiataba, GO, 1998.

_____. **Secretaria Municipal de Assistência Social**. Rubiataba, GO, 2013

REBOUÇAS, Fernando. **Responsabilidade socioambiental**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociedade/responsabilidade-socioambiental/>>. Acesso em: 7 set. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo; Atlas, 1999.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

RIOS, Luiz Oliveira. **Cooperativas brasileiras: manual de sobrevivência & crescimento**. São Paulo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos. **Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

SERRA, Fernando; TEIXEIRA, Wagner; FERREIRA, Manuel Portugal. A responsabilidade social no Brasil: o caso da cooperativa COCAMAR. **RECADM**. v. 7. n. 2. p. 1-14. nov. 2008. Disponível em:

<<http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/view/21/240>>. Acesso em: 7 set. 2013.

SICOOB do Vale. 2007. Disponível em:

<www.conhecer.org.br/enciclop/2007b/administração.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

TINOCO, J. E. P. **Balço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial**: responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002. (Prêmio Ethos Valor).

V. JÚNIOR, Alcir., DEMAJOROVIC, Jacques. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Senac, 2006.

APÊNDICE A

Faculdade de Rubiataba – FACER

Curso: Administração

Orientador: Francinaldo de Paula

Acadêmico: Hudney Renan Araújo da Silva

Questionário sobre a Responsabilidade Social da Cooper-Agro com os colaboradores.

Colaborador: _____.

1. Você considera a Cooper Agro uma empresa socialmente responsável?
() Sim () Não
2. A Cooper Agro realmente tem um reconhecimento responsável com os colaboradores?
() Sim () Não
3. Você considera que a Cooper Agro está, na busca contínua do bem-estar de seus funcionários e dependentes, além de incentivar e investir no crescimento pessoal, profissional e social de seus funcionários.
() Sim () Não
4. A Cooperativa tem honrado seus compromissos com os colaboradores de forma responsável?
() Sim () Não
5. Você julga fundamental a iniciativa privada das práticas de Responsabilidade Social e reconhecem que estas trazem grandes benefícios para a sociedade, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do país nas áreas social e cultural, através da criação de oportunidades de trabalho, acesso à educação, ao esporte e à cultura.
() Sim () Não
6. Você acredita que o investimento das empresas em ações sociais pode colaborar para manter sua sobrevivência no mercado?
() Sim () Não
7. Através de uma investigação de estudos bibliográficos 7 indicadores são eleitos como os principais fatores que podem alterar o comportamento das pessoas, fazendo com que elas se sintam motivadas ou não: Salário; Programas de incentivo; Benefícios; Treinamento; Desenvolvimento de pessoas; Relação com os empregados; Higiene e segurança do trabalho. Você considera que a cooperativa se preocupa com esses indicadores?
() Sim () Não

APÊNDICE B

Faculdade de Rubiataba – FACER

Curso: Administração

Orientador: Francinaldo de Paula

Acadêmico: Hudney Renan Araújo da Silva

Questionário sobre a Responsabilidade Social da Cooper-Agro com os responsáveis das entidades

Presidente/Diretor _____

1. Você considera a Cooper Agro uma empresa socialmente responsável?
() Sim () Não
2. A Cooper-Agro realmente tem um reconhecimento responsável com os colaboradores?
() Sim () Não
3. Você considera que a Cooper-Agro está, na busca contínua do bem-estar de seus funcionários e dependentes, além de incentivar e investir no crescimento pessoal, profissional e social de seus funcionários.
() Sim () Não
4. A Cooperativa tem honrado seus compromissos com os colaboradores de forma responsável?
() Sim () Não
5. Você julga fundamental a iniciativa privada das práticas de Responsabilidade Social, e reconhece que estas trazem grandes benefícios para a sociedade, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do país nas áreas social e cultural, através da criação de oportunidades de trabalho, acesso à educação, ao esporte e à cultura.
() Sim () Não
6. Você acredita que o investimento das empresas em ações sociais pode colaborar para manter sua sobrevivência no mercado?
() Sim () Não
7. A empresa socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas da segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Como você vê a Cooper-Agro em relação ao conceito exposto?

APÊNDICE C

HISTÓRICO DA COOPER-AGRO

A pesquisa foi realizada na Cooperativa Regional Agropecuária de Rubiataba – Cooper-Agro, com CNPJ: 01.305.333/0001-91 e INSC: 10.018.577-0 fone (62)3325-1440, que está localizada na Av. Pau-Brasil esq. Palmares, no Setor Aeroporto, CEP: 76350-000 Rubiataba GO, o atual Diretor Presidente é o senhor Pedro Barbosa de Oliveira, atualmente conta 506 cooperados.



Figura 06: Fachada da Cooper-Agro.
Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor. 2013.

De acordo com a pesquisa documental efetuada junto a diretoria da Cooper-Agro, vimos que a primeira cooperativa a surgir no município foi a de produtores rurais, a Cooper-Agro. A contribuição prestada por esta cooperativa aos produtores locais, seu desenvolvimento, a formação de dirigentes, a possibilidade de adquirir bens??? foram oportunidades que fizeram as lideranças vislumbrarem outros horizontes: criar novas organizações que cumprissem outras funções econômicas e sociais como, por exemplo, uma indústria que pudesse ofertar mão-de-obra e fixar as pessoas no seu lugar.

A partir da década de 1970 e da criação das primeiras cooperativas, despontam em Rubiataba práticas cooperativistas e ou associativistas nos mais variados ramos de trabalho. O bom desempenho econômico dessas cooperativas ensejam na comunidade um imaginário de melhor qualidade de vida levando as pessoas a buscarem o cooperativismo com o desejo de encontrar neste tipo de organização o segredo da emancipação. De fato, todos reconhecem que o cooperativismo em Rubiataba contribuiu para o desenvolvimento local, social e econômico. O cooperativismo tem credibilidade junto à comunidade, que o vê como uma alternativa para melhorar de vida.

Em Rubiataba, os grupos se organizaram pela necessidade de se fortalecer em cooperação para resolver problemas econômicos e sociais comuns e, por força desta necessidade, apreenderem o que estes autores afirmam com pertinência: “que o indivíduo desenvolve sua personalidade de acordo com sua experiência de vida.” Numa vivência em grupo, o comportamento desse grupo será ditado, também, pela experiência vivida e pela satisfação de sua necessidade. Desta forma, o cooperativismo foi a experiência que moldou a personalidade do grupo de Rubiataba e possibilitou, a partir da primeira experiência com sucesso, a constituição de outras organizações cooperativas, dando exemplo de coesão e determinação, o que é fundamental numa sociedade em construção, como era o caso de Rubiataba.

Criada em 1971, conforme registro no Livro de Atas, a Cooperativa Regional Agropecuária de Rubiataba – Cooper-Agro foi a forma cooperativista encontrada pelos pequenos produtores rurais de Rubiataba para desenvolverem suas atividades agrícolas e obterem benefícios sociais e econômicos.

A Cooper-Agro teve uma significativa importância para Rubiataba. Comprometidos com o projeto da construção desta cooperativa, seus associados encontraram, também pela convivência e pela solução de problemas comuns, um espaço de cooperação mútua, garantindo solidariedade para os que viriam depois. O trabalho realizado fortaleceu a base leiteira da região, substituindo o gado de corte, criou um entreposto para beneficiamento do leite e aquisição de caminhões transportadores.

Desse pensamento nasceu uma ideia muito defendida na época, produzir álcool, o combustível alternativo nacional. Havia possibilidades reais de viabilizar o almejado empreendimento, pois as garantias de tantos cooperados (mais de 50) seriam suficientes para o financiamento solicitado junto ao Banco do Brasil. Criou-se, ainda, a Destilaria de Álcool, que aumentou a oferta de emprego aos trabalhadores rurais e uma pequena cooperativa de consumo para os produtores, que em 1993, chegou a ter 528 associados. Logo após a criação

da cooperativa de produção de álcool, os cooperados sentiram a necessidade de desmembrar os empreendimentos, que passaram a pertencer a cooperativas diferenciadas: a Cooper-Agro (produtores rurais) e a Cooper-Rubi (produtores de álcool).

A Cooper-Agro se caracteriza no ramo de cooperativa leiteira. Para o município ela representa lucros participativos em torno de 60% para a cadeia leiteira, onde com os recursos próprios já compraram um caminhão. Através dela há geração de renda para os seus cooperados, desenvolvimento econômico para a cidade e a geração de 20 empregos, considera-se um nível muito bom pelo tamanho da cidade.

Ela atua na Agropecuária. Seu enquadramento (EPP, Microempresa, Etc): Cooperativa. Sua área de atuação é Rubiataba e Vale do São Patrício. Os produtos e serviços desenvolvidos pela empresa são produtos agropecuários e tem em sua loja de venda uma diversidade como:

- Veterinária: Nutrição Animal (Leite em pó, ração animal, suplementos, sal mineral); Ordenha (limpeza e higiene); Medicamentos (parasiticida, reprodução, vacinas, terapêutica); equipamentos e acessórios (aplicadores, marcadores, brincos, peças para seringas, seringas, utensílios).
- Agricultura: acessórios agrícolas (lonas, plantio); defensivos agrícolas (cupinícidias, formicidas, herbicidas, inseticidas); fertilizantes (adubo, fertilizantes foliares, óleo vegetal).
- Ferragens e outros: ferragens (cerca, correntes, dobradiças, diversos); pecuária (Cerca elétrica, Arame liso).
- Máquinas e componentes: equipamentos; pulverização (bicos para pulverização, pulverizador); hidráulicas (bombas); motosserras; geradores.
- Ferramentas: Agrícola (cavadeiras, enxadas, machados, poda, picaretas); Profissional (chaves, diversos, martelos, arco de pua, marretas).
- Selaria: acessórios (argolas, espora, ferraduras, fivelas, raspadeiras); Montaria (barrigueiras, freio, rédea); Selas.
- Jardinagem: irrigação (aspersores, mangueiras, acessórios).
- Uso Pessoal: Equipamentos de proteção (luvas, máscaras, óculos, protetor de ouvido); Vestuário (botas PVC, botinas).
- Outros: caixa de isopor; termômetro; carrinho de mão.

A missão organizacional é atender e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Sua visão de futuro é promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da sociedade cooperativa.

Os principais objetivos e metas da empresa são adquirir e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Levantar principais recursos que resultem no produto/serviço final: recursos humanos, tecnológicos, geográficos e financeiros.

Vimos também que a empresa tem preocupação com os produtos agrotóxicos que revendem para seus cooperados, o controle com os clientes de todos os produtos agrotóxicos que saem da empresa. E ao término da utilização, os clientes devolvem a embalagem para Cooperativa.

A Estrutura Organizacional da Cooper-Agro tem um número de 32 colaboradores.



Figura 07: Organograma da Cooper-Agro.
Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor. 2013.

A caracterização dos principais Recursos Humanos da Empresa:

- Categoria dos profissionais que atuam na empresa: Vendedor atuante, Auxiliar Administrativo, Administrador.
- Divisão técnica de trabalho (cargos e tarefas): Vendedor, Gerente e Auxiliar Administrativo.
- Verificar a qualificação dos funcionários dividindo em qualificados, não qualificados, e tipos de treinamento oferecidos: Ensino Fundamental, Médio e Superior.
- As condições de jornada de trabalho: 8h (oito) horas e horas extras.
- A rotatividade da mão de obra é pequena.

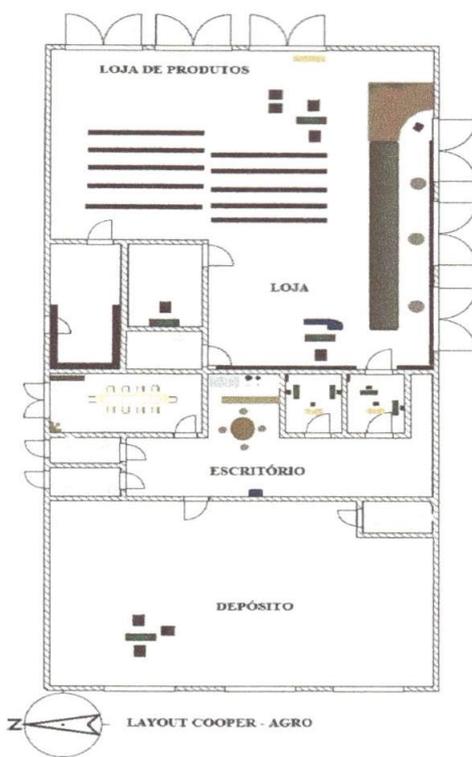


Figura 08: Layout da Cooper-Agro.
Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor. 2013.

Presidentes da Cooper-Agro	
Lazir Soares de Castro	1971 a março de 1978
Milton Martins de Azevedo	Abril de 1978 a 01 de julho de 1978
José Fidelis Soares	01/07/1978 a 17/02/1990
Ângelo Ferreira da Silva	17/02/1990 a 18/03/1994
Victor Iacovelo Filho	18/03/1994 a 31/03/2001
Aluizio Nogueira Barros	31/03/2001 a 25/03/2006
Pedro Barbosa de Oliveira	26/03/2006 a 26/03/2017

Figura 09: Presidentes da Cooper-Agro.
Fonte: Dados da pesquisa, adaptados pelo autor. 2013.

APÊNDICE D**DADOS DO ALUNO**

NOME: Hudney Renan Araújo da Silva

NÚMERO DA MATRÍCULA: 0533211001

ENDEREÇO: Avenida dos Eucaliptos, nº 260, Setor Serrinha.

CEP: 76.350-000 **CIDADE:** Rubiataba **ESTADO:** Goiás

TELEFONE: **CEL.:** (62) 9685-1518

E-MAIL: rhudney@yahoo.com.br

ESTAGIO REALIZADO NA ÁREA: Responsabilidade Social

EMPRESA: Cooperativa Regional Agropecuária de Rubiataba – Cooper-Agro

RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO NA EMPRESA: Pedro Barbosa de Oliveira

ENDEREÇO: Av. Pau-Brasil esq. Palmares Nº 547, no Setor Aeroporto.

TELEFONE: (62) 3325-1440